

Credores, com medo de uma nova moratória.

O governo dos EUA está apoiando o Brasil na tentativa de fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional que deixa a questão da dívida acertada até a posse do próximo presidente brasileiro. Já o comitê de bancos credores, que tem reunião marcada com autoridades do Brasil entre os dias 25 e 27 de setembro, em Washington, não acredita em solução antes da mudança de governo. A expectativa dos banqueiros internacionais é de que o presidente Sarney não oficialize o que está acontecendo: a moratória.

A iniciativa do governo norte-americano de interceder pelo Brasil junto ao FMI foi confirmada pelo secretário de Estado interno dos EUA, Lawrence Eagleburger. O secretário esteve reunido com o secretário-geral do Itamaraty, Paulo Tarso Flecha de Lima, e com o embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, a quem expôs o interesse político dos Estados Unidos num acordo entre o Brasil e o FMI.

Com o acordo, o Brasil poderá receber um total de US\$ 2,8 bilhões do FMI, do Banco Mundial, dos bancos comerciais e do governo japonês, e pagar cerca de US\$ 4,6 bilhões de juros que vencem até dezembro. Tudo isso sem reduzir suas reservas para menos de US\$ 7 bilhões, que é a herança que Sarney quer deixar para seu sucessor.

O subsecretário da Área Internacional do Tesouro dos EUA, David Mulford, encontrou-se ontem com o embaixador Marcílio Moreira em Washington, para examinar os detalhes de um eventual acordo de curto prazo. Segundo o nosso correspondente **Moisés Rabinovici** esse detalhe não foi revelado pelo embaixador Flecha de Lima, que recebeu a imprensa no momento da reunião. Um dia antes, ele havia elogiado o "político Mulford", que antes imaginava apenas um super-reconomista.

"O objetivo é o de contornar o problema que se coloca em relação a uma estipulação contratual de médio e longo prazo. Na medida em que haverá mudança de governo no Brasil nos próximos seis meses, isso necessariamente faz com que qualquer acordo de médio ou de longo prazo seja algo suscetível de ser revisto pelo futuro governo", disse o embaixador Flecha de Lima, explicando as razões para um acordo de curto prazo com o FMI.

O apoio norte-americano é importante, pois os Estados Unidos são o maior acionista do Fundo. Um porta-voz do FMI não quis comentar se existe ou não a possibilidade de se obter um acordo de curto prazo rapidamente, até antes da assembléia anual do FMI e do Banco Mundial em setembro, que terá a participação do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

Durante essa assembléia, o comitê dos bancos credores espera reunir-se com o ministro da Fazenda para examinar "formas de ver retomado o pagamento dos juros da dívida externa". Mas os



Marcílio Moreira, negociando um acordo de curto prazo com o FMI.

credores não têm muita ilusão. Segundo um dos 14 bancos do comitê, pelo menos até março, posse do novo presidente brasileiro, a situação será de "compasso de espera".

O que os bancos mais temem atualmente é que Sarney, marcado pela indecisão e num ímpeto de fim de governo, resolva declarar pela segunda vez a moratória, deixando um fato consumado para o próximo presidente. O não pagamento de juros até março de 1990 é problemático, dizem os bancos, mas existe flexibilidade para aceitar isso. "Os argentinos não pagam há oito meses, mas Alfonsín não deixou uma moratória para Menem", disse um graduado diretor de banco suíço ao nosso correspondente **Assis Moreira**, de Genebra.

Está claro para os bancos que um acordo com o atual governo representaria tempo perdido. "Com um novo governo, que teria uma base de confiança diferente do atual, com o respaldo popular, poderemos sair do impasse que dura há anos. Poderá haver então uma negociação em outras bases. A partir de um sinal

de uma administração mais eficiente do aparelho estatal, os credores já terão outra reação", assinala um banqueiro.

O Brasil vem pagando, desde fins de junho, apenas os compromissos de curto prazo, que permitem o funcionamento do comércio exterior. Mas banqueiros consultados em Zurique não se queixam. "O importante — assinala um deles — é que o Brasil passou por uma moratória oficial e sabe os problemas para desbloquear esse tipo de atitude."

Banco Mundial

Caso o Brasil obtenha um acordo com o FMI, as negociações com o Banco Mundial (Bird) para a concessão de um empréstimo de US\$ 500 milhões ao setor financeiro serão retomadas ainda este ano. O empréstimo já estava pronto para ser assinado em março, mas o Bird decidiu suspender a assinatura por causa das incertezas econômicas do País.

Esse empréstimo, destinado a financiar uma ampla reestruturação do setor financeiro, é fundamental para o fechamento do balanço de pagamentos do Brasil.

Segundo o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Clodoaldo Hugueney, as pré-condições técnicas para a assinatura já foram cumpridas pelo governo brasileiro.